

CONFLITOS, VIOLÊNCIAS, DENÚNCIAS: a luta dos *Guardiões da Floresta* da Terra Indígena Araribóia em defesa do território, no Maranhão¹

Leandro Araújo da Silva (PPGCSoc/UFMA)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a luta por direitos e em defesa do território realizada pelo grupo indígena denominado *Guardiões da Floresta* e pelo povo Tentehar da Terra Indígena Araribóia, no Maranhão, no contexto recente de violências que enfrentam. Trata-se de compreender como o povo e o grupo *Guardiões* se relaciona com a questão da luta por direitos e em defesa do território, no contexto de disputas em que concorrem com outros agentes sociais, entre eles madeireiros e fazendeiros, pelos recursos naturais e na proteção territorial. Realizou-se pesquisa bibliográfica sobre processos de *ocupação*, no Maranhão, entrelaçando elementos empíricos coletados em depoimentos e denúncias realizadas pelo povo Tentehar e pelos *Guardiões da Floresta*, sobre conflitos e violências na TI Araribóia. Analisa-se que as disputas e conflitos expõem ações violentas contra os indígenas e revelam o contexto dos conflitos territoriais como instrumentos de luta, realização de denúncias, construção de ações e estratégias de enfrentamento às ações dos invasores, como a criação do grupo *Guardiões da Floresta* e a atuação política e cotidiana do povo Tentehar, na defesa dos territórios e do direito do usufruto exclusivo.

Palavras-chave: Conflitos; Violências; Terra Indígena Araribóia; *Guardiões da Floresta*; Maranhão.

Introdução

Em junho de 2019, as lideranças Tentehar Paulo Paulino, Laercio e Olímpio Guajajara, *Guardiões da Floresta* da Terra Indígena (TI) Araribóia – este último sendo, à época, o coordenador do grupo –, enviaram um vídeo às autoridades políticas estaduais e federais, em que denunciavam ameaças de morte sofridas pelos *Guardiões* e pediam providências por parte do poder público, para proteção da TI e da vida dos *guardiões* ameaçados. Como denúncia, Olímpio afirmou, no referido vídeo, que:

Os madeireiros estão pagando pistoleiros para apagar alguns *guardiões* da Terra Indígena Araribóia. Todos nós estamos preocupados com esse tipo de ameaça. Já aconteceram alguns disparos na direção das casas de alguns *guardiões* [...]. Aqui dentro da Terra Indígena Araribóia são dois grupos indígenas, tem os Guajajara e tem os Awá, que são os indígenas mais vulneráveis do mundo. Queremos que o poder

¹ VIII ENADIR. GT07. Diálogos convergentes: populações tradicionais e práticas jurídicas.

público ou então o Estado brasileiro dê a cobertura para a vida dos guardiões que estão sendo ameaçados de morte (informação verbal)².

Conflitos, violências e denúncias são aspectos que fazem parte do contexto de atuação do citado grupo indígena de agentes florestais da TI Araribóia, no Maranhão. São múltiplas as formas de violências cometidas contra o povo Tentehar, especialmente, mas não apenas, os da Araribóia. Emboscadas, assassinatos de indígenas (lideranças ou não), invasões do território para extração ilegal de madeira e caça de animais silvestres estão entre as ações que impactam, de modo conflitivo, a vida dos Tentehar da referida TI. Ao lado dessas ações, os *Guardiões* empreendem uma série de estratégias na luta contra as práticas de violência que lhes afetam cotidianamente. São ações que objetivam o monitoramento e a proteção territorial, bem como ações de denúncias das violências e violações cometidas contra o povo e o território.

Dentre os conflitos, pudemos identificar, em nossas pesquisas exploratórias sobre as práticas dos Tentehar, aqueles relativos às disputas pelo território e por recursos florestais. Tais disputas são travadas com outros agentes, não indígenas, representantes do capitalismo, que atuam através de ações de extrativismo, como dos madeireiros. As ações dos agentes do capital, na relação com os sujeitos indígenas, aqueles que lutam em defesa da floresta e do território, culminam em confrontos violentos entre eles, nas disputas pelos recursos e pela continuação das relações estabelecidas com tais recursos. De um lado, as relações de extração capitalista que devasta o ambiente (ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO; MARTINS, 2005); de outro, as relações indígenas com a natureza, que extrapolam o âmbito das relações objetivas, adentrando ao domínio das relações simbólicas (DE LA CADENA, 2019).

No contexto de relações que avançam a situações extremas de violência, cumpre destacar os casos em que ocorrem assassinatos de indígenas, lideranças, guardiões e outros agentes que defendem a floresta, os territórios e vidas indígenas – além de outras violências e violações de direitos e da vida indígena, bem como do usufruto exclusivo dos territórios indígenas. Assim, este trabalho objetiva analisar a luta por direitos e em defesa do território realizada pelo grupo indígena denominado *Guardiões da Floresta* e pelo povo Tentehar da TI Araribóia, no Maranhão, no contexto recente de violências que enfrentam. Trata-se de compreender como o povo e o grupo *Guardiões* se relacionam com a questão da luta por direitos e em defesa do território, no contexto de disputas em que concorrem com outros agentes sociais, como madeireiros e fazendeiros, pelos recursos naturais e na proteção do território.

² Depoimento de Olímpio Guajajara, em vídeo publicado na página Mídia Índia, na rede social Facebook, 02 nov. 2019.

Os conflitos, nos processos de *ocupação* de terras no Maranhão, desde o período de colonização, e a relação desses conflitos e processos com os povos indígenas, no estado e, especificamente, com os Tentehar, são temas abordados por diversos autores (CORRÊA, 2000; ALMEIDA, 2008; FERREIRA, 2008; VELHO, 2009; CUNHA, 2015; SANTOS; PAULA ANDRADE, 2019). Entendo que considerar os conflitos dos agentes denominados *colonizadores* com indígenas, na história da *ocupação* do Maranhão, é fundamental para se compreender e explicar a formação e o contexto recente das relações e conflitos entre os Tentehar e outros agentes, na TI Araribóia.

Metodologia

Este trabalho é um recorte de pesquisa mais ampla proposta no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e a metodologia utilizada é baseada na etnografia multissituada (MARCUS; FISCHER, 1999) e na netnografia (KOZINETS, 2014). Entendo que a pesquisa multissituada, combinada à pesquisa virtual, permite compreender as relações dinâmicas e multiníveis que perfazem o contexto do movimento indígena Tentehar em suas interlocuções com agentes outros, para além do âmbito do território.

Os dados aqui apresentados são resultado de pesquisa exploratória sobre os movimentos indígenas no Maranhão e, especialmente, sobre o movimento realizado pelo povo Tentehar, por meio da atuação do coletivo de agentes florestais *Guardiões da Floresta*, da TI Araribóia. Realizei, também, pesquisa bibliográfica sobre processos de *ocupação* no Maranhão. Para dialogar com essa literatura, coletei dados empíricos em depoimentos e denúncias realizadas pelo povo Tentehar e pelos *Guardiões da Floresta*, sobre conflitos e violências ocorridos na TI Araribóia.

Os dados empíricos foram levantados, de forma on-line, em fontes documentais, como notas da associação indígena *Ka'a Iwar* dos *Guardiões da Floresta*, da TI Araribóia, e da Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima), notícias e depoimentos dos interlocutores disponíveis no site do movimento Survival International, organização que apoia as ações do grupo de *Guardiões*. Assim, analisei os depoimentos como instrumentos de denúncias das violências e ações de invasores a organizações ativistas ambientais, florestais, indígenas e indigenistas, como de luta por justiça e pelo direito de proteção dos territórios e da vida dos *Guardiões da Floresta* e do povo Tentehar como um todo

e do grupo Awá-Guajá, indígenas referidos como isolados que vivem na TI Araribóia (CARVALHO, 2022a).

Levantei dados em notícias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), disponíveis no portal dessa organização indigenista. Realizei observações e coletas de dados, entre relatos, depoimentos ou entrevistas concedidas pelos *Guardiões* e outras lideranças políticas Tentehar a organizações indígenas, como o coletivo Mídia Indígena, disponíveis em perfis na rede social Instagram – do coletivo de comunicação Mídia Indígena, do Cimi e da Associação *Ka'a Iwar* dos *Guardiões da Floresta*. São dados ou relatos construídos em contextos de violências, ameaças, emboscadas, assassinatos de indígenas e invasões de agentes diversos, na TI.

Resultados e discussão: conflitos, violências e denúncias na Terra Indígena Araribóia

Recentemente, os povos indígenas têm vivenciado um estado de guerra no Maranhão. Nos anos anteriores e nos primeiros meses de 2023, foram registrados, pelas organizações indígenas (Coapima e *Guardiões da Floresta*, por exemplo) e indigenistas (como o Cimi e movimento Survival), vários casos de assassinatos, além de ações de invasões nos territórios. Em nota de 2022, a Associação *Ka'a Iwar* dos *Guardiões da Floresta* afirma o seguinte:

A omissão dos órgãos de proteção do governo é clara e inadmissível. A região se encontra em situação de entrega total à exploração dos não indígenas e com o total desmantelamento dos órgãos de proteção. A situação demonstra que não há preocupação da FUNAI em fazer a devida proteção do território e mais especificamente do povo Awá (CARVALHO, 2022a, on-line).

Cabe destacar que a nota refere a um contexto em que as orientações governamentais, inclusive no órgão indigenista Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)³, estavam na contramão dos interesses dos povos indígenas (SILVA, 2021). Conforme notícias do Cimi, somente no primeiro mês do ano de 2023, foram cinco ataques a indígenas Tentehar, nos quais ocorreram três mortes, sendo de dois indígenas e um não indígena, este casado com uma indígena Tentehar e motorista do Polo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no município de Arame, no Maranhão. Segundo os dados, quatro das cinco vítimas habitavam na TI Araribóia (OLIVEIRA, 2023).

³ Em 2023, com as mudanças de governo e a criação do Ministério dos Povos Indígenas, a Funai passou ao comando dos próprios povos indígenas, o que significa que, a partir desse momento, há a possibilidade de mudanças nas orientações dirigidas pelo referido órgão.

O Relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2019*, do Cimi, revelou que, entre os anos 2000 e 2019, foram assassinados em torno de 47 indígenas do povo Tentehar, no Maranhão (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, [2020]). Somente na TI Araribóia, foram 18 assassinatos no período considerado. Conforme dados que coletei em pesquisa de campo realizada entre novembro de 2019 e abril de 2020, foram cinco assassinatos de indígenas Tentehar no Maranhão, nesse período, entre eles o de Paulo Paulino Guajajara, caso que, conforme verifiquei (SILVA, 2021), teve repercussão internacional.

Analiso que o caso do assassinato de Paulo Paulino, ocorrido em 1º de novembro de 2019, num confronto com invasores, ilustra as invasões e violações de territórios e vidas indígenas no Maranhão, especificamente na TI Araribóia, e o contexto de atuação do movimento indígena Tentehar, entre cujas agendas urgentes consta a proteção territorial contra a devastação (ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO; MARTINS, 2005) e invasão por madeireiros e caçadores. O caso Paulino foi transformado pelo movimento, a partir do território e em âmbito nacional, na construção de ações e discursos de denúncias da violência e de reivindicação da proteção das florestas, dos territórios e vidas indígenas no Brasil (SILVA, 2021).

As controvérsias sobre o acesso e a presença de não indígenas em terras indígenas e sobre a permissão do acesso de empreendimentos econômicos como construção de hidrelétricas, extração de madeira, extração mineral etc. não são recentes (CUNHA; ALMEIDA, 2001). Assim, presumo que as violências e conflitos envolvendo os Tentehar e a TI Araribóia são partes de processos mais amplos de conflitos e violências no campo maranhense, que mantêm relação com os processos de *ocupação*, expansão capitalista (CUNHA, 2015; FERREIRA, 2008; VELHO, 2009) e confrontação/resistência de populações camponesas (SANTOS; PAULA ANDRADE, 2019), de povos indígenas, quilombolas ou extrativistas. Trata-se de processos dos quais são partes as situações de assassinatos de indígenas e outros sujeitos, que caracterizam os conflitos nas comunidades do campo maranhense.

Em termos de ações que se revelam de forma criativa, em contexto de expansão do capital (VIEIRA, 2020), cabe destacar as ações dos Tentehar, inclusive as ações políticas, através de organizações como o coletivo *Guardiões da Floresta*, as denúncias e agendas do povo frente ao contexto de violência em seu território. Entre as ações do povo, no enfrentamento ao contexto de invasões na TI Araribóia, ressaltamos a própria construção do grupo *Guardiões da Floresta*, os quais constituem um grupo de agentes florestais, de proteção e defesa territorial e que têm como objetivo o monitoramento e defesa da floresta, na TI Araribóia, contra invasores dos mais variados tipos: fazendeiros, madeireiros, caçadores, especuladores de terra etc.

Nesse aspecto, observo que a construção do grupo *Guardiões* ocorreu em um contexto de violações de direitos e de violências cometidas contra o povo Tentehar. Analiso que, tanto por meio dos *Guardiões*, como do movimento indígena mais amplo, através da atuação de outras lideranças, os Tentehar contrapõem a lógica de exploração capitalista dos recursos florestais em seu território – enfrentamento que é feito a partir de seus corpos, ações e vozes, afirmando e defendendo, além do território e da floresta, sua autonomia, humanidade e condição de sujeitos de direitos. Desse modo, em nota intitulada *Guardiões da Floresta da TI Araribóia – Associação Ka'a Iwar*, na qual detalham ações realizadas para a proteção da TI e em defesa do povo Awá que vive em isolamento no território, o grupo afirma:

exercendo o direito de autonomia e autodeterminação no seu território, os Guardiões da Floresta da TI Araribóia – Associação Ka'a iwar realizaram importante ação de proteção territorial e constataram o avanço no território dos crimes ambientais. O local de realização da atividade foi no limite norte do território e o grupo acampou cerca de 8 km de onde houve o assassinato do guardião Paulo Paulino Guajajara e tentativa de homicídio de Laércio Guajajara em novembro de 2019. A região é próxima de vários povoados, [...] e os moradores desses povoados são os que geralmente atuam ilícitamente dentro do território Araribóia. [...] Em dois dias foram encontrados grupos de não indígenas dentro do território executando atividades ilícitas como extração de madeira e caça de animais silvestres. As equipes de monitoramento encontraram um grande acampamento dentro do território com vários equipamentos (motosserra, espingardas de caça), um caminhão utilizado para extrair madeira do território e dois madeireiros. Por várias centenas de metros estacas estavam posicionadas para serem transportadas para fora do território (CARVALHO, 2022a, on-line).

As informações acima sobre os *Guardiões da Floresta* permitem verificar o processo de violências, de conflitos sociais e, como eles mesmos afirmam, de crimes ambientais. O caso talvez possa ser descrito como processo de territorialização (VIEIRA, 2020) e/ou ambientalização dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004). Nesse contexto, cabe destacar o assassinato, já mencionado, do Guardião Paulo Paulino Guajajara, quem teria sido morto por pistoleiros a serviço de madeireiros que atuam no território. Em depoimento à Thomson Reuters Foundation, em janeiro de 2019, mesmo ano da sua morte, Paulo Paulino relatou as ameaças que sofria por atuar como Guardião: “Lá no povoado tem um [homem] branco que está jurando me matar porque eu defendo a floresta. Não prendem o madeireiro e querem prender o Guardião. Nós [nos] sentimos muito sozinhos e sem ajuda. Nós estamos precisando de ajuda” (AMAZON..., 2019, informação verbal).

Além de evidenciar a ausência de órgãos do poder público que poderiam atuar na proteção dos territórios indígenas, o relato de Paulino expõe também o antagonismo presente na relação com “o madeireiro”. Tal conflito revela a situação-limite de violência, sugerida pela ameaça de morte. Sugiro que o caso Paulino e o caso dos Tentehar demonstram uma tendência

mais geral de violência e racismo contra indígenas no Brasil (CRUZ, 2022) e, de modo específico, na TI Araribóia, no Maranhão. Também revelam violações de direitos à vida e ao território e a omissão do Estado na proteção dos indígenas e do direito ao território livre de invasores. Expõem, ainda, a luta dos agentes indígenas em defesa da floresta e a *consciência ecológica* desses agentes, pois, para eles, conforme também assinala Laercio Guajajara, a “Terra é nossa mãe. Mãe [...] que dá tudo para nós” (EU SÓ..., 2021, informação verbal).

Olímpio Guajajara, coordenador do grupo e presidente da Associação *Ka'a Iwar* dos *Guardiões da Floresta* da TI Araribóia, relatou, em abril de 2022, ameaças sofridas por ele, conforme expressa o trecho a seguir: “No dia 27 [de março], fui seguido por quatro pessoas desconhecidas, que foram me procurar na aldeia, na casa do Nilson e no hospital de Amarante. Continuam as ameaças desses invasores em nosso território. Neste contexto, sou o principal alvo” (CARVALHO, 2022b, on-line). Depois do assassinato de Paulo Paulino, em setembro de 2022, outro Guardiã foi assassinado em uma cidade próxima à TI Araribóia. Trata-se do caso de Janildo Guajajara, sobre o qual Olímpio, líder do grupo, afirmou:

[...] mais um Guardiã assassinado. É o sexto Guardiã que foi morto e nenhum dos outros assassinos dos Guardiões da floresta foram punidos, nem estão atrás das grades. Então, clamamos e apelamos para a justiça brasileira e que seja feita a justiça para poder colocar esses assassinos na cadeia (NENHUM..., 2022, informação verbal).

Analisando os relatos em que os *Guardiões da Floresta* expressam ameaças de morte, assassinatos, omissão das autoridades públicas, ações de invasões no território e outras violências e violações de direitos como ações de denúncias. São ações que manifestam os aspectos que compõem o contexto de violências que enfrentam, cotidianamente, no território. O próprio contato é direto (diria que corpo a corpo) com os antagonistas presentes dentro do território Araribóia, onde realizam extração ilícita de madeira, caça de animais silvestres, entre outros. Os *Guardiões* mostram, nos vídeos, cartas, relatos, depoimentos, fotografias etc. ao descrever ações de monitoramento e flagrantes das ações dos invasores, o cenário de devastação e de avanço dos *crimes ambientais* no território.

Desse modo, analiso que os elementos empíricos informam o contexto atual de conflitos e violência, na TI Araribóia, vinculados à questão ambiental, sobretudo pelas invasões na TI e a atuação em rede do movimento social e político indígena, na Araribóia, especialmente através das ações dos *Guardiões da Floresta*, que denunciam as irregularidades ocorridas no território às autoridades públicas e organizações ativistas ambientais, florestais e indígenas. O processo de conflitos entre Tentehar e madeireiros, fazendeiros, caçadores e outros agentes intrusos no

território pode ser relacionado, ainda, ao processo de expansão de fronteiras, conforme analisado por Velho (2009), Ferreira (2008) e Cunha (2015), ao descreverem os processos de *ocupação* do território maranhense pelo avanço das frentes de expansão e pela implementação de projetos de colonização de cunho econômico-capitalista.

Analiso que tais processos resultam na alteração de formas sociais distintas, entre elas as indígenas, mas também camponesas, quilombolas, ribeirinhas etc. de apropriação do território e seus recursos. Trata-se de conflitos entre projetos distintos, em disputa pelos recursos territoriais, como os conflitos entre as formas indígenas de relacionamento com o território e de definição dele e os projetos econômicos de madeireiros ou fazendeiros. Assim, Laercio Guajajara destaca:

Nossa terra está sendo invadida, destruída pelos madeireiros, caçadores e fazendeiros. A gente pensou como iríamos fazer para pelo menos diminuir esse impacto muito grande que está acontecendo dentro da nossa terra. Foi quando os caciques decidiram criar a organização dos Guardiões porque já estávamos cansados de tanto esperar pelo governo brasileiro, pelo Estado que não cumpre o papel deles de proteger, fiscalizar a terra, defender a proteção do meio ambiente. Foi criado os Guardiões para tentar resolver ou ao menos amenizar, diminuir mais a invasão dos madeireiros (EU SÓ..., 2021, informação verbal).

Como sugerem os relatos, os *Guardiões da Floresta* da TI Araribóia podem ser analisados enquanto grupo cuja organização e agência visam barrar a ação de desmatamento e outras formas de invasões ou *destruição* no território. Por ser uma atividade arriscada, conflitiva na linha de frente das violências cometidas contra o povo, o território e o modo de vida, coloca em risco a própria vida dos agentes florestais. Como demonstram os dados, há vários casos de ocorrências de emboscadas, assassinatos e ameaças de morte. Na descrição da ação de monitoramento do território, mencionada anteriormente, a nota dos *Guardiões* afirma:

Questionados sobre a quantidade de gente que ainda estava dentro do território, [...] a posição dos madeireiros era de afronta à atuação de proteção dos guardiões e da continuidade da ação criminosa pela população do entorno do território, além da clara intimidação e possibilidade de reação das pessoas que vivem desse crime nos povoados vizinhos. Por cerca de 3 km que margeia o limite do território ao norte foi “aberta” uma estrada com devastação da área de propriedade privada que faz limite com o território, provavelmente para pasto. Constatou-se ainda que o fazendeiro adentrou vários metros na área do território (CARVALHO, 2022a, on-line, grifo da autora).

No caso da constituição do grupo *Guardiões*, e dos problemas enfrentados pelos Tentehar, trata-se de uma questão que envolve, além dos problemas já mencionados – invasão, retirada ilícita de madeira e conflitos sociais e ambientais –, também as violências físicas

cometidas contra o povo, suas organizações, histórias, cultura, memória, ancestralidade e com o modo de relacionamento com os recursos florestais. A constituição e atuação dos *Guardiões da Floresta*, na TI Araribóia, a gestão e proteção territorial, os conflitos com madeireiros, a luta política, a construção de organizações e de ações em organização política são também partes do processo conflitivo na TI.

No contexto da luta no âmbito do estado do Maranhão, os povos e lideranças afirmam, no documento final da *Assembleia Ordinária da Coapima*, realizada em 2020, que:

[...] não temos nenhuma dúvida do que queremos desenvolver em nossos territórios que conservam e preservam a biodiversidade do Maranhão, não temos dúvidas que ajudamos a equilibrar o clima no planeta, não temos dúvidas que a nossa segurança alimentar é sagrada e vem dos nossos alimentos tradicionais, que a nossa saúde está ligada a nossa medicina tradicional, que a nossa espiritualidade é ancestral, que somos povos originários, e que toda a nossa reprodução física e cultural só é possível se tivermos os nossos territórios respeitados, livres de invasões, ameaças e violências [...].⁴

Analiso que o trecho acima, como outros relatos descritos anteriormente, revela os posicionamentos e ações políticas Tentehar frente a questões que os afetam localmente, mas que também são questões globais, como a preservação da biodiversidade e o equilíbrio climático no planeta. Nesses processos políticos, os indígenas, como outras coletividades, conforme analisaram Cunha e Almeida (2001), constroem e utilizam categorias para autodenominar-se a partir de seus interesses estratégicos, em contextos de lutas sociais e políticas. Nesse aspecto, cabe destacar a mobilização política da categoria *originários*, realizada pelos indígenas Tentehar, mas não apenas por eles, visto que tal mobilização ocorre também no contexto do movimento político indígena em âmbito nacional.

Ao discutir o conceito de *populações tradicionais*, Cunha e Almeida (2001, p. 3) afirmam que “com muita frequência os povos que começaram habitando essas categorias [como os povos indígenas, por exemplo] pela força tenham sido capazes de apossar-se delas, convertendo termos carregados de preconceito em bandeiras mobilizadoras”. É o caso de povos indígenas na Amazônia, referidos como *entrave ao progresso*, como nas ideias de entrave ou atraso discutidas por Almeida (2008). Tal ideia parece ser associada aos *Guardiões da Floresta* ainda na atualidade, visto que eles têm como objetivo barrar ações que, na lógica econômica capitalista, representariam o avanço do *progresso*.

⁴ Relatório da Assembleia Ordinária da Coapima, publicado nas páginas Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Mídia Índia e Sonia Bone Guajajara na rede social Facebook, 03 mar. 2020.

Assim, a formulação dos direitos territoriais indígenas como direito originário liga tais direitos às suas raízes históricas. Isso é relevante em nossa discussão, pois, em termos políticos, no contexto brasileiro atual, os indígenas parecem vivenciar a possibilidade de avanço na consolidação do princípio de direitos originários, o que é vislumbrado, por exemplo, com a construção do Ministério dos Povos Indígenas. Desse modo, reflito que os povos indígenas e especialmente os Tentehar continuam a lutar “pela gestão e controle dos recursos naturais nos ambientes em que vivem” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p. 11), arregimentando o discurso de proteção e defesa das florestas e avançando inclusive nos espaços institucionais.

Penso que os processos de construção de categorias como *povos originários* ou *indígenas* e o uso da noção de território como categoria política são também questões de autoafirmação e autodefinição. São designações acionadas em contextos de crise e luta, contextos de reivindicações de direitos, ou quando se faz necessário acionar elementos de afirmação étnica ou identitária, quando os direitos são violados, como é o caso dos Tentehar da TI Araribóia.

Vieira (2020, p. 76) analisa que “a definição de povos e comunidades tradicionais deve se dar a partir de seu uso estratégico na agenda política desses grupos sociais, [assim] o processo identitário de uma coletividade, em razão de sua complexidade, é também uma necessidade jurídico-política”. As discussões da autora permitem refletir que os indígenas, embora sejam *povos originários*, também constituem *povos e comunidades tradicionais*. Porém, a identidade *originários* os diferenciam dos demais na medida em que podem acionar direitos construídos a partir dessa condição. Analiso que há construção e acionamento político das noções de originário e indígena como instrumento de luta.

No caso dos Tentehar, sua luta é também pela defesa e proteção dos Awá/Guajá, grupo de indígenas denominados isolados, que vivem na TI Araribóia. Conforme explicita a nota dos *Guardiões*, sobre ação de monitoramento realizada no limite norte do território, locus de entrada de madeireiros invasores: “o agravante maior que se constatou é que por ser em área de rota dos Awá, esses grupos se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e risco de serem dizimados pelos criminosos que transitam livremente pelo território” (CARVALHO, 2022a, online).

Cunha e Almeida (2001, p. 12), ao tratarem sobre a “conexão entre povos indígenas e a conservação, explícita em 1992 com a criação da Aliança Internacional dos Povos Tribais e Indígenas das Florestas Tropicais”, embora tratem sobre Unidades de Conservação, ajudam a pensar os *Guardiões da Floresta* em sua relação com a proteção e conservação florestal e territorial na TI Araribóia. Sobre essa questão, observo que os Tentehar fizeram a leitura de que

eles mesmos poderiam fazer a administração e proteção do território – sendo, ao mesmo tempo, habitantes, administradores e protetores do território e de seus recursos –, necessidade percebida, conforme exemplificam seus depoimentos, pela ausência e omissão dos órgãos e agentes públicos, em defesa e proteção efetivas contra invasores e ameaças. Assim, o movimento dos *Guardiões da Floresta*, por meio de seus líderes, reivindica, além do território, a proteção e garantia dele para usufruto e vida dos indígenas.

A defesa territorial é realizada frente às ações de empreendimentos ditos modernos, econômicos, das frentes de expansão do capital (FERREIRA, 2008), como os madeireiros e fazendeiros que ameaçam no território, conforme podemos analisar no depoimento de Olímpio: “nossos inimigos são os madeireiros que estão invadindo a nossa terra, roubando as nossas riquezas [...]. Formamos os Guardiões justamente para proteger a floresta porque o Estado brasileiro não faz o papel dele” (OLÍMPIO..., 2019, informação verbal).

Os Tentehar da Araribóia, através do grupo *Guardiões da Floresta*, têm relações com uma rede de parceiros, aliados e apoiadores, como ONGs, a exemplo da Survival International, Fundo Brasil e Fundo Casa (CARVALHO, 2022a). Nesse sentido, Cunha e Almeida referem que, atualmente, os indígenas atuam no mercado da quarta geração, “através do valor agregado ao conhecimento indígena e local” (2001, p. 17). Em relação à questão do local, e como as questões da conservação adquirem sentido local, reflito que os *Guardiões* constituem uma organização que está entre o local e o global, como organização de proteção territorial indígena.

Analiso que consiste tática ou estratégia (CUNHA; ALMEIDA, 2001) do movimento indígena brasileiro aliar a demarcação e proteção dos territórios indígenas, tendo os indígenas como protetores das florestas, às questões climáticas e de manutenção das florestas como essenciais ao futuro do planeta e da humanidade – e como garantia ou possibilidade de atrair visibilidade e apoio às lutas indígenas, de defesa e demarcação de territórios. Assim, o discurso e compreensão de que *o futuro da humanidade é ancestral* tem relação com ações estratégicas.

O contexto de violência e conflitos por terra e território, por recursos florestais, no avanço das frentes de expansão sobre os territórios indígenas, conforme Vieira (2020), acionam processos de territorialização que se revelam de forma criativa. Os *Guardiões da Floresta*, em nosso ponto de vista, parecem constituir parte desses processos de territorialização em contexto de expansão do capital sobre o território dos Tentehar, especificamente, mas não apenas, através da entrada de invasores para extração ilícita de madeira, como demonstram os depoimentos e denúncias realizadas pelo povo.

Assim, entendo que os Tentehar constituem exemplo do processo de construção de territorialidade específica (VIEIRA, 2020), a partir de conflitos com invasores, como os

madeireiros, e de sua relação diferenciada com os recursos florestais. A fala de Laercio Guajajara remete à relação do povo Tentehar com a floresta e aos conflitos com invasores.

A nossa terra tem vida. Muita vida. Uma simples formiga que anda aqui nessa terra, uma cobra, um lagarto, aquilo é nossa vida. É o equilíbrio da nossa floresta. [...] Quando o indígena expulsa um madeireiro ou um caçador ou invasor [...] eles denunciam na cidade e a justiça acata o pedido deles e manda ordem de prisão para os indígenas que fizeram isso. Nós estamos defendendo o que é nosso, dentro da nossa casa e estamos sendo vistos como bandidos, criminosos, assaltantes. E nós estamos defendendo [...] nossas vidas, nossos filhos, porque nós já estamos cansados de esperar a justiça. A opção é se defender. Nós não vamos mais fugir disso (EU SÓ..., 2021, informação verbal).

No que refere à politização dos indígenas Tentehar, através da ação dos *Guardiões da Floresta*, cabe mencionar ação de formação política realizada pelo grupo na TI Araribóia, diante das invasões de madeireiros em seu território. Assim, a assessora jurídica do Cimi, Lucimar Carvalho, enfatiza a relevância de ações de formação política no território, nos seguintes termos: “a formação política tornou-se necessária, pois três caminhões de madeireiros foram encontrados, no dia 27 de maio [de 2022], em ação de extração ilegal de madeira dentro do território” (CARVALHO; CARVALHO, 2022). Diante do contexto de invasões na TI Araribóia, a indigenista afirma ainda que: “a possibilidade de represália por parte de não-indígenas pela atuação dos Guardiões [da Floresta] é constante, deixando-os apreensivos e exigindo, dessa forma, apoio das instituições que atuam na defesa dos seus direitos”.

As violências, ameaças e assassinatos, como tentativas de silenciamento dos indígenas, são ações cujas intenções já estavam presentes nos projetos que consideraram a Amazônia, e a Amazônia Maranhense, como vazio demográfico e nas propostas/planejamentos de ocupação das áreas do território maranhense consideradas terra devoluta (FERREIRA, 2008; SANTOS, PAULA ANDRADE, 2019). Assim, não se trata de ações decorrentes de esquema de percepção inaugurado na atualidade, embora tenha sido algo escancarado de modo brutal, nos últimos anos. São ações que decorrem da ideia de que os indígenas constituem empecilho ao capitalismo, vistos como improdutivos, símbolo do atraso, que outrora precisariam ser integrados à *sociedade nacional* (ALMEIDA, 2008).

Considerações finais

Os dados empíricos levantados e a discussão proposta permitem observar que as denúncias de invasões por madeireiros e extração ilegal de madeira, na TI Araribóia, são frequentes, e os casos de violência, chegando a situações de morte, tornaram-se cada vez mais

recorrentes no território, nos últimos anos. Analiso que os casos mencionados têm relação com o histórico de violências sofridas pelo povo, especialmente devido às ações de proteção territorial realizadas pelos *Guardiões da Floresta*, que agudizam o racismo e conflitos em relação aos indígenas em contato com invasores na região da Araribóia.

Analiso também que, além de expor ações violentas contra os indígenas, as disputas e conflitos exibem o contexto das disputas territoriais e de violências como instrumentos de luta indígena, realização de denúncias, construção de ações e estratégias de enfrentamento às ações dos invasores – como demonstram a criação do grupo de agentes florestais *Guardiões da Floresta*, a constituição política e jurídica de categorias como *povos indígenas* e *povos originários* e a atuação política e cotidiana dos Tentehar, na defesa dos territórios e do direito do usufruto exclusivo. Assim, as ações e os dados analisados demonstram a capacidade de organização social e política dos indígenas, suas agências e agendas prioritárias.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAISHI NETO, Joaquim; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos Babaçuais**: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.

AMAZON “forest guardian” killed in ambush. [S. l.: s. n.], 04 nov. 2019. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Context. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xhpOJXby7rY>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CARVALHO, Jesica. Guardiões da floresta da TI Arariboia – Associação Ka’a Iwar. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Notícias**. [São Luís], 09 dez. 2022a. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/12/guardioes-da-floresta-da-ti-arariboia-detalham-acoes-para-a-protecao-do-territorio/>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CARVALHO, Jesica. Julgamento de acusados da morte de Paulino Guajajara fortalece luta de Guardiões da Floresta da TI Araribóia por seus direitos. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Notícias**. [São Luís], 08 abr. 2022b. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/julgamento-acusados-paulino-guajajara-guardioes-floresta/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CARVALHO, Jesica; CARVALHO, Lucimar. Guardiões da Floresta realizam formação política na TI Arariboia, no Maranhão. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Notícias**. [São Luís], 14 jun. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/06/guardioes-da-floresta-realizam-formacao-politica-na-ti-arariboia-no-maranhao/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**: dados 2019. [São Luís]: Cimi, [2020].

CORRÊA, Kátia Núbia Ferreira. **Muita terra para pouco índio?** O Processo de demarcação da Terra Indígena Krikati. São Luís: EDUFMA, 2000.

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Letalidade branca**: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. *In*: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (coord.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental; Estação Liberdade, 2001. p. 184-193.

CUNHA, Roberto César. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. Trad. Lucas da Costa Maciel; Fernanda Borges Henrique. **Maloca**: Revista de Estudos Indígenas, Campinas, v. 2, p. 1-37, 2019.

EU SÓ quero que a nossa floresta seja livre. [*S. l.: s. n.*], 06 jan. 2021. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Survival International Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ndu9mDBxdc>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. *E-book*.

LEITE LOPES, José Sérgio. “Introdução”. *In*: ATONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004. p. 17-38.

MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. **Anthropology as cultural critique**: an experimental moment in the Human Sciences. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

NENHUM dos outros assassinos estão atrás das grades. [*S. l.: s. n.*], 09 set. 2022. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Survival International Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yo8TTEh808o>. Acesso em: 22 nov. 2022.

OLÍMPIO Guajajara - Guardião da Terra Araribóia (MA). [S. l.: s. n.], 14 set. 2019. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal EL PAÍS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kc1WHIw72vM>. Acesso em: 19 mar. 2023.

OLIVEIRA, Marina. Em menos de um mês, quatro indígenas Guajajara são vítimas da escalada de violência nos territórios. *In*: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Notícias**. [São Luís], 07 fev. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/02/em-menos-de-um-mes-quatro-guajajara-sao-vitimas-nos-territorios/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SANTOS, Murilo; PAULA ANDRADE, Maristela de. **Fronteiras**: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2019.

SILVA, Leandro Araújo da. **Fronteiras em movimento**: resistências, protagonismos e lideranças indígenas na Amazônia maranhense. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIEIRA, Renata Carolina Corrêa. Em busca de um conceito: o uso estratégico da categoria “Povos e Comunidades Tradicionais” na luta por direitos socioambientais. **InSURgência**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 49-81, 2020.